

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006812-70.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Eliseu Baldo**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

ELISEU BALDO ajuizou ação de **INDENIZAÇÃO ACIDENTÁRIA** em face de **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, todos devidamente qualificados.

Alega o autor que no dia 19/02/2011, trabalhando com uma “freza computadorizada” na empresa NOVAPAR COMÉRCIO E FERRAMENTARIA LTDA, sofreu acidente de trabalho com sequelas no cotovelo esquerdo, circunstância que acarretou a diminuição de sua capacidade laborativa. Pediu a condenação do requerido a pagar-lhe auxílio-acidente.

A inicial veio instruída com documentos.

À fls. 28 foi deferida perícia médica e nomeado como louvado oficial o Dr. Eduardo Passarela.

Regularmente citado, o Instituto-requerido apresentou contestação a fls. 41 e ss. No mérito, sustentou que o autor não comprovou que o acidente relatado na inicial prejudicou sua capacidade laborativa e que caso seja deferido o benefício pleiteado este deve ter por termo inicial a data da última alta

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

médica, ocorrida em 13/05/2015. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Não houve manifestação a título de réplica.

Ofício juntado às fls. 55/94.

Laudo pericial encartado a fls. 104/108. Apenas o autor se manifestou (cf. fls. 123 e 128).

É O RELATÓRIO.**DECIDO.**

Restou incontroverso o fato de o autor ter se acidentado **durante o exercício do trabalho**; no dia 19/02/2011, laborando na “máquina CNC” na empresa NOVAPAR COMÉRCIO E FERRAMENTARIA LTDA, experimentou trauma no cotovelo esquerdo.

Em bem elaborado laudo o vistor oficial apurou a ocorrência de comprometimento parcial do membro superior esquerdo do autor, constatando que “a mobilidade articular do cotovelo esquerdo está reduzida” (textual fls. 106), acarretando “perda de capacidade físico-funcional do membro superior esquerdo” (fls. 106).

Segundo o perito o autor tem uma invalidez parcial e permanente.

O réu não trouxe laudo de contestação e também não impugnou o laudo oficial.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O tipo de sequela (incontroversa, salienta) deixa evidenciado déficit laborativo por causa ocupacional; é intuitivo o prejuízo consequente à lesão/amputação de membro superior, implicando em significativa quebra daquele todo harmônico que é o corpo humano; todos os segmentos do corpo têm alguma utilidade e sua falta, em maior ou menor grau causa prejuízos; assim é forçoso reconhecer a presença de incapacidade e nexo, binômio indispensável para afirmação de amparo infortunistico.

Ademais, os autos revelam que o autor é homem sem qualquer qualificação “extra”. Está preparado para serviços que demandam, basicamente, esforço físico e alguma técnica.

Assim, soa evidente que os danos físicos trouxeram déficit com reflexos no labor.

Impõe-se, como fecho, o acolhimento da súplica.

Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta **ACOLHO** o pedido inicial para o fim de conceder ao autor, **ELISEU BALDO**, o auxílio acidente de 50% (cinquenta por cento) nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91 com as modificações dadas pela Lei 9.032/95, já que a lei aplicável ao caso é aquela vigente na data da citação, ainda mais porque favorável ao obreiro.

Nesse diapasão Apelação sem revisão 588.320.00/6 – 10ª Câmara, Rel. Irineu Pedratti, j. em julho de 2000 e Resp 62.389-8/SP do STJ.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O benefício deve ser pago a partir do dia seguinte a data do cancelamento do benefício de auxílio-doença, ou seja, 13/05/2015 (fls. 94).

Nesse sentido REsp. 409.937/SC da relatoria do Min. Felix Fischer: “tratando-se de restabelecimento de benefício acidentário indevidamente cancelado na via administrativa, deve o mesmo ser restaurado a partir da data do cancelamento”.

Sucumbente, arcará o INSS com o pagamento de honorários advocatícios que arbitro, em atenção ao inciso II, do paragrafo 4º, do art. 85 do CPC, no valor médio dos percentuais especificados nos incisos de I a V do § 3º (no inciso em que o valor obtido na fase de liquidação se encaixar), do mesmo dispositivo.

Oficie-se para implantação do benefício. Nesse aspecto fica antecipada a tutela.

Se o caso, submeto essa decisão ao reexame necessário pelo E. Tribunal de Justiça de São Paulo, nos termos do artigo 496 do CPC e Súmula 423 do STF.

P.R.I.

São Carlos, 01 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**